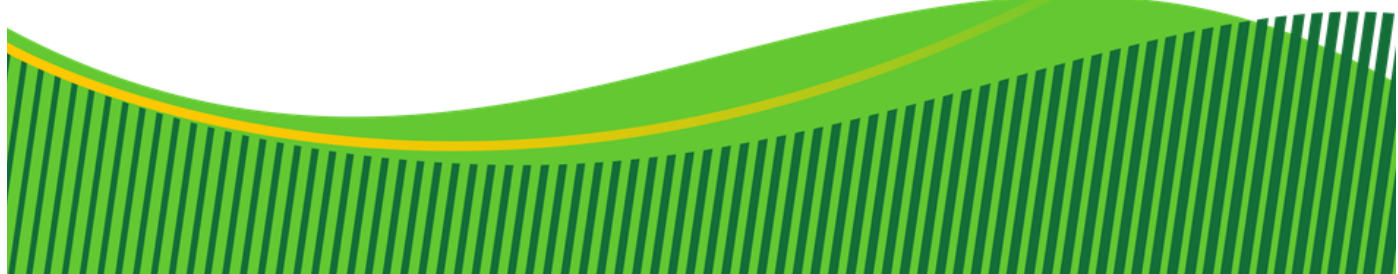


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento da Fronteira Sul - Sicredi
Fronteira Sul RS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
Bagé - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas na administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-0



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	353.056	336.579	CIRCULANTE	231.957	205.088
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	2.686	2.646	DEPÓSITOS (NOTA 11)	62.948	56.381
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	73.082	95.359	Depósitos à Vista	48.597	42.561
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10	-	Depósitos a Prazo	14.351	13.820
Correspondentes no país	156	173	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	139.900	133.029
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	72.916	95.186	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	267.439	229.340	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	139.899	133.028
Operações de Crédito	276.899	239.297	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	659	574
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.460)	(9.957)	Recursos em Trânsito de Terceiros	659	574
OUTROS CRÉDITOS	8.251	6.948	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	13.102	3.111
Créditos por Avais e Fianças Honrados	67	24	Empréstimos País - Outras Instituições	13.102	3.111
Rendas a Receber	622	667	OUTRAS OBRIGAÇÕES	15.348	11.993
Diversos (NOTA 07)	7.674	6.327	Cobrança e Arrecadação de Tributos	108	47
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(112)	(70)	Sociais e Estatutárias	2.819	2.221
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	1.598	2.286	Fiscais e Previdenciárias	792	796
Outros Valores e Bens	1.605	2.340	Diversas (NOTA 14)	11.629	8.929
(Provisão para desvalorização)	(17)	(147)			
Despesas Antecipadas	10	93			
NÃO CIRCULANTE	92.587	62.275	NÃO CIRCULANTE	126.819	126.659
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	92.587	62.275	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	126.819	126.659
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.402	563	DEPÓSITOS (NOTA 11)	122.763	119.410
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.402	563	Depósitos a Prazo	122.763	119.410
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	74.528	45.853	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.056	7.249
Operações de Crédito	77.558	49.096	Repasse Interfinanceiros	4.056	7.249
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.030)	(3.243)			
OUTROS CRÉDITOS	201	140			
Diversos (NOTA 07)	204	159			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	(19)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	8.445	8.447	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	86.867	67.107
Outros Investimentos	8.445	8.447	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	48.380	42.317
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	5.504	4.845	De Domiciliados no País	48.401	42.334
Imóveis de Uso	2.932	2.932	(Capital a Realizar)	(21)	(17)
Outras Imobilizações de Uso	7.493	6.314	RESERVAS DE SOBRAS	33.659	23.347
(Depreciação acumulada)	(4.921)	(4.401)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.507	2.427	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	4.828	1.443
Outros Ativos Intangíveis	4.910	4.222			
(Amortização acumulada)	(2.403)	(1.795)			
TOTAL DO ATIVO	445.643	398.854	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	445.643	398.854

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.266	-	29.266	57.156	-	57.156	49.850	-	49.850
Operações de Crédito	29.218	-	29.218	57.066	-	57.066	49.517	-	49.517
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	43	-	43	85	-	85	318	-	318
Resultado das Aplicações Compulsórias	5	-	5	5	-	5	15	-	15
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.232)	(550)	(12.782)	(26.225)	(1.016)	(27.241)	(32.865)	(636)	(33.501)
Operações de Captação no Mercado	(5.508)	(16)	(5.524)	(12.833)	(27)	(12.860)	(15.483)	(18)	(15.501)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.620)	(534)	(5.154)	(10.128)	(989)	(11.117)	(9.291)	(618)	(9.909)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.104)	-	(2.104)	(3.264)	-	(3.264)	(8.091)	-	(8.091)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.034	(550)	16.484	30.931	(1.016)	29.915	16.985	(636)	16.349
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.242)	1.265	(6.977)	(13.724)	2.783	(10.941)	(9.735)	2.672	(7.063)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.057	3.303	4.360	2.145	6.382	8.527	1.904	4.812	6.716
Rendas de Tarifas Bancárias	2.111	-	2.111	4.107	-	4.107	3.757	-	3.757
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(7.387)	(872)	(8.259)	(14.466)	(1.467)	(15.933)	(13.886)	(942)	(14.828)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.421)	(797)	(6.218)	(10.402)	(1.408)	(11.810)	(9.707)	(1.083)	(10.790)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(26)	(154)	(180)	(55)	(297)	(352)	(93)	(226)	(319)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	5.833	122	5.955	12.876	139	13.015	17.210	477	17.687
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(4.409)	(337)	(4.746)	(7.929)	(566)	(8.495)	(8.920)	(366)	(9.286)
RESULTADO OPERACIONAL	8.792	715	9.507	17.207	1.767	18.974	7.250	2.036	9.286
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	164	755	919	199	790	989	(138)	(6)	(144)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	8.956	1.470	10.426	17.406	2.557	19.963	7.112	2.030	9.142
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	310	310	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	179	179	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	131	131	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.956	1.780	10.736	17.406	2.557	19.963	7.112	2.030	9.142
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.557	(2.557)	-	2.030	(2.030)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.956	1.780	10.736	19.963	-	19.963	9.142	-	9.142
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.135)	-	(15.135)	(7.699)	-	(7.699)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.377)	-	(4.377)	(4.176)	-	(4.176)
Fates - Estatutário	-	-	-	(689)	-	(689)	(206)	-	(206)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(8.276)	-	(8.276)	(2.474)	-	(2.474)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.793)	-	(1.793)	(843)	-	(843)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.828	-	4.828	1.443	-	1.443

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	37.129	18.914	2.116	58.159
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	986	-	(986)	-
Destinações para reservas	-	1.116	(1.116)	-
Outras destinações	-	-	(14)	(14)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.680	-	-	2.680
Baixas de capital	(2.424)	-	-	(2.424)
Resultado do período	-	-	9.142	9.142
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(206)	(206)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.474	(2.474)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.946	-	(4.176)	(230)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	843	(843)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.317	23.347	1.443	67.107
Mutações do Período	5.188	4.433	(673)	8.948
Saldos no início do período em 01/01/2017	42.317	23.347	1.443	67.107
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.181	-	(1.181)	-
Destinações para reservas	-	243	(243)	-
Outras destinações	-	-	(19)	(19)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.390	-	-	3.390
Baixas de capital	(2.649)	-	-	(2.649)
Resultado do período	-	-	19.963	19.963
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(689)	(689)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.276	(8.276)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.141	-	(4.377)	(236)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.793	(1.793)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	48.380	33.659	4.828	86.867
Mutações do Período	6.063	10.312	3.385	19.760
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	43.564	23.590	9.227	76.381
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.389	-	-	2.389
Baixas de capital	(1.714)	-	-	(1.714)
Resultado do período	-	-	10.736	10.736
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(689)	(689)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.276	(8.276)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.141	-	(4.377)	(236)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.793	(1.793)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	48.380	33.659	4.828	86.867
Mutações do Período	4.816	10.069	(4.399)	10.486

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS
CNPJ/MF nº 88.530.142/0001-01

	01/01/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.308	19.850	13.730
Resultado do semestre/exercício	10.736	19.963	9.142
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.572	(113)	4.588
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.737	(710)	3.494
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(130)	(130)	130
Provisão para desvalorização de outros créditos	10	26	7
Depreciação do imobilizado de uso	326	628	588
Amortização do intangível	301	608	371
Baixas do ativo permanente	7	8	80
Baixas de investimentos	-	2	-
Provisão para passivos contingentes	81	40	21
Destinações ao FATES	(689)	(689)	(206)
Dividendos SicrediPar	(71)	104	103
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(43.978)	(40.583)	(195)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(498)	(839)	(364)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.639	(10)	24
Redução em créditos vinculados	1	-	-
Redução em relações com correspondentes	69	17	36
(Aumento) em operações de crédito	(80.469)	(66.065)	(48.127)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	33.072	3.678	26.853
(Aumento) em outros créditos	(834)	(1.494)	(348)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	685	818	(1.163)
Aumento (Redução) em depósitos	(13.351)	9.920	21.380
Aumento em relações interdependências passivas	185	85	13
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	9.809	9.991	(642)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(67)	(286)	(260)
Aumento em outras obrigações	3.781	3.602	2.403
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(31.670)	(20.733)	13.535
Aquisição de Investimentos	-	-	(318)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(897)	(1.295)	(1.707)
Aplicações no Intangível	(405)	(688)	(691)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.302)	(1.983)	(2.716)
Integralização de capital	2.389	3.390	2.680
Baixa de capital	(1.714)	(2.649)	(2.424)
Juros ao capital próprio	(236)	(236)	(230)
Distribuição de Sobras	-	(19)	(14)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	439	486	12
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(32.533)	(22.230)	10.831
Caixa e equivalente de caixa no início do período	108.135	97.832	87.001
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	75.602	75.602	97.832

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 17/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(33.453)	(48)	(33.501)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.043)	(48)	(8.091)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(7.111)	48	(7.063)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(11.229)	439	(10.790)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	17.638	49	17.687
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(8.846)	(440)	(9.286)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	2.686	2.646
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	72.916	95.186
Total	75.602	97.832

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.402	563
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.402	563
Total realizável a longo prazo	1.402	563

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	79.007	45.940	124.947	79.768
Financiamentos	10.541	10.132	20.673	35.559
Financiamentos rurais e agroindustriais	187.351	21.486	208.837	173.066
Carteira total	276.899	77.558	354.457	288.393

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	67	-	67	24
Devedores por compra de valores e bens	195	203	398	270
Títulos e créditos a receber (i)	5.374	1	5.375	4.141
Total	5.636	204	5.840	4.435

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	94.049	92.378	470	462
Nível B	1,00	194.892	138.175	1.950	1.382
Nível C	3,00	41.737	33.547	1.252	1.006
Nível D	10,00	20.405	16.274	2.041	1.627
Nível E	30,00	1.481	2.775	444	834
Nível F	50,00	1.833	2.601	917	1.300
Nível G	70,00	1.231	1.333	862	933
Nível H	100,00	4.669	5.745	4.669	5.745
Total (i)		360.297	292.828	12.605	13.289

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.616	23.552	42.638	40.403	108.209	84.222
Rural	1.325	18.238	167.788	21.486	208.837	173.066
Industrial	-	2.012	1.429	898	4.339	4.254
Comércio	476	6.551	9.585	10.440	27.052	23.485
Outros Serviços	96	3.064	4.165	4.535	11.860	7.801
Total	3.513	53.417	225.605	77.762	360.297	292.828

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	34.357	9,54	24.926	8,51
50 devedores seguintes	71.892	19,95	57.732	19,72
100 devedores seguintes	65.065	18,06	52.626	17,97
Demais	188.983	52,45	157.544	53,80
Total	360.297	100	292.828	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	13.289	9.788
Constituição de provisão	3.264	8.091
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.948)	(4.590)
Saldo final	12.605	13.289

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.783 (2016 - R\$ 1.766), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.074 (2016 - R\$ 2.406).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	54	78
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.082	1.190
Devedores por compra de valores e bens	195	111
Devedores por depósitos em garantia	84	173
Impostos e contribuições a compensar	308	250
Títulos e créditos a receber	5.374	4.141
Valores honrados	74	-
Operações com cartões	20	15
Pendências a regularizar	24	5
Outros	459	364
Total Circulante	7.674	6.327

Devedores por compra de valores e bens	203	159
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	204	159

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.605	2.340
Imóveis	1.588	2.261
Veículos e afins	-	52
Máquinas e equipamentos	-	10
Bens em regime especial	17	17
Despesas antecipadas	10	93
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(17)	(147)
Total Circulante	1.598	2.286

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 17 (2016 - R\$ 147) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	4.616	4.616
Sicredi Participações S.A.	3.828	3.828
Outras Participações e Investimentos	1	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	2
Total	8.445	8.447

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.241.126 ON	1.241.126 ON	1	1	4.615.505	4.615.505
	2.586.941 PN	2.586.941 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,44%	0,44%	0,61%	0,63%	1,31%	1,31%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	3.828	3.828	1	1	4.616	4.616

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	10.425	(4.921)	5.504	4.845
Imobilizações em curso	-	523	-	523	82
Terrenos	-	1.650	-	1.650	1.650
Edificações	4%	1.282	(505)	777	828
Instalações	10%	2.664	(1.676)	988	788
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.410	(749)	661	553
Sistema de comunicação	10%	115	(55)	60	58
Sistema de processamento de dados	20%	2.372	(1.722)	650	673
Sistema de segurança	10%	184	(96)	88	61
Sistema de transporte	20%	225	(118)	107	152
Intangível (i)		4.910	(2.403)	2.507	2.427
Investimentos Confederação		4.902	(2.399)	2.503	2.421
Outros ativos intangíveis		8	(4)	4	6
Total		15.335	(7.324)	8.011	7.272

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	48.597	-	-	48.597	42.561
Depósitos a prazo	4.479	9.872	122.763	137.114	133.230
Total	53.076	9.872	122.763	185.711	175.791

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	139.899	133.028
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	139.899	133.028
Total circulante	139.899	133.028
Recursos do Crédito Rural	4.056	7.249
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.056	7.249
Total exigível a longo prazo	4.056	7.249

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 05/09/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	13.102	3.111
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.102	3.111
Total circulante	13.102	3.111

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,12% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	6	10
Provisão para pagamentos a efetuar	3.803	2.474
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	692	652
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	696	684
Pendências a regularizar	16	133
Operações com cartões	5.260	3.997
Demais fornecedores	349	259
Credores diversos	807	720
Total circulante	11.629	8.929

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	577	115	(167)	525
Cível	75	128	(36)	167
Total	652	243	(203)	692

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	525	577
Cível	Provável	167	75
Total		692	652

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 25; R\$ 427 e R\$ 165 (2016 - R\$ 15, R\$ 294 para Trabalhista e Cível), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 38810590, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 165, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	48.380	42.317
Total de associados	23.946	23.756

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.063 (2016 – R\$ 5.188), sendo R\$ 5.322 (2016 – R\$ 4.932) via integralização de resultados e R\$ 3.390 (2016 – R\$ 2.680), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.649 (2016 – R\$ 2.424).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.377, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Fronteira Sul - Sicredi Fronteira Sul RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	19.963	9.142
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(8.384)	(3.839)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	8	-
Provisão PPR	72	12
Receita com atos cooperativos	7.311	2.987
Juros sobre capital próprio	1.838	1.754
Outros	(845)	(914)
Subtotal	8.384	3.839
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.402	563
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	72.916	95.186
Outros Créditos - Rendas a receber	480	420
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.087	1.226
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	81
Investimentos (Nota 09)	8.445	8.445
Intangível (Nota 10)	2.503	2.421
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	143.955	140.277
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	13.102	3.111
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	5.282	3.880
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	85	318
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.875	2.460
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	9.756	13.756
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	11.117	9.909
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	520	489
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	5.011	4.439

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	120	0,25%	125
Depósitos a prazo	536	0,39%	521
Operações de crédito	5.033	1,42%	3.910

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	1.929	1.970

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	345	377
Despesa de aluguéis	1.095	907
Despesa de comunicação	729	726
Despesa de manutenção e conservação	844	825
Despesa de material	199	185
Despesa processamento dados	189	154
Despesa de promoções e relações públicas	643	646
Despesa de propaganda e publicidade	134	109
Despesa de seguro	57	59
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.289	1.241
Despesa de serviços de terceiros	392	325
Despesa de serviços de vigilância e segurança	794	832
Despesa de serviços de técnicos especializados	684	554
Despesa de serviços de transpostes	972	859
Despesa de viagem	58	100
Outras despesas administrativas	3.386	2.891
Total	11.810	10.790

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	1.732	1.286
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	9.357	13.019
Reversão de provisões operacionais	1.429	2.430
Outras rendas operacionais	497	952
Total	13.015	17.687

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	595	1.044
Contribuição O.C.E.	86	81
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	212	152
Contribuição Confederação Sicredi	3.414	2.799
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	436	458
Contribuição Sureg	-	3
Encargos da administração financeira	52	74
Repasse administradora de Cartões	349	410
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	606	374
Outras provisões operacionais	1.276	1.944
Outras despesas operacionais	1.469	1.947
Total	8.495	9.286

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	21.494	21.139
Total	21.494	21.139

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	85.149	66.003
Nível I (NI)	85.149	66.003
Capital principal - CP	85.149	66.003
Capital social	48.380	42.317
Reservas de capital	33.659	23.347
Lucros acumulados	4.828	1.443
Ajustes Prudenciais	(1.718)	(1.104)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	352.209	299.366
Margem de Capital (i)	39.362	27.085
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,18%	22,05%
Situação de Imobilização (Imob)	6.293	6.171
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,39%	9,35%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Geraldo Ott Filho
Presidente
155.085.950-15

Jalber de Oliveira Madruga
Diretor de Operações
CPF: 973.775.540-53

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20